

T4F Entretenimento S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2019
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18			30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	163.327	148.038	219.084	196.951	Fornecedores	16	24.540	17.358	47.493	64.575
Títulos e valores mobiliários		5.000	5.000	5.000	5.000	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	26.744	896	28.821	896
Instrumentos financeiros derivativos		-	35	-	35	Salários, provisões e encargos sociais		3.844	4.052	5.224	5.457
Caixa restrito	7	26	4.137	26	4.137	Impostos e contribuições a recolher	18	2.788	3.372	4.052	9.831
Contas a receber de clientes	8	29.946	87.453	47.481	141.243	Adiantamentos de clientes	19	19.058	94.851	35.033	119.644
Estoques		381	213	1.566	1.503	Dividendos a pagar		-	1.991	10	2.001
Impostos a recuperar	9	8.533	5.341	19.144	18.057	Partes relacionadas	13	26.493	26.335	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	2.053	28.537	8.404	36.121	Outras obrigações	21	6.191	2.037	12.411	5.491
Custos antecipados	11	9.327	17.218	14.780	29.842	Total do passivo circulante		109.658	150.892	133.044	207.895
Dividendos a receber de controladas		55	236	-	-						
Outras contas a receber	12	2.248	3.526	5.297	31.597						
Total do ativo circulante		220.896	299.734	320.782	464.486	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	112.556	120.000	124.955	120.000
Realizável a longo prazo:						Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	20	5.999	7.044	42.943	9.288
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	53.567	49.131	64.844	53.851	Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	42.308	12.470	-	-
Depósitos judiciais	20	7.996	8.055	10.607	10.477	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	1.013	3.892
Custos antecipados	11	11.540	15.387	11.540	15.387	Impostos e contribuições a recolher	18	1.022	5.105	1.221	5.379
Partes relacionadas	13	31.455	39.635	10.027	7.389	Outras obrigações	21	796	937	796	937
Total do realizável a longo prazo		104.558	112.208	97.018	87.104	Total do passivo não circulante		162.681	145.556	170.928	139.496
Investimentos em controladas	14.a)	94.984	93.480	-	-	Total do passivo		272.339	296.448	303.972	347.391
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	115.427	110.487	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	15.a)	25.308	7.775	46.491	15.991	Capital social	22	243.022	243.022	243.022	243.022
Intangível:						Gastos com emissão de ações	22	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	127.688	111.177	Reservas de capital	22	(2.043)	6.056	(2.043)	6.056
Outros intangíveis	15.b)	1.419	1.933	2.503	3.113	Ações em tesouraria	22	(2.131)	(2.131)	(2.131)	(2.131)
Total do ativo não circulante		341.696	325.883	273.700	217.385	Reserva de reavaliação	15.c)	691	776	691	776
						Reservas de lucros	22	29.108	78.460	29.108	78.460
						Outros resultados abrangentes	22	31.271	12.651	31.271	12.651
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		290.253	329.169	290.253	329.169
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	257	5.311
						Total do patrimônio líquido		290.253	329.169	290.510	334.480
TOTAL DO ATIVO		562.592	625.617	594.482	681.871	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		562.592	625.617	594.482	681.871

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES E SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
RECEITA LÍQUIDA	23	113.602	200.217	39.605	179.961	132.415	253.019	71.698	266.045
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	24.b)	(119.529)	(187.630)	(32.636)	(147.320)	(136.439)	(237.505)	(60.612)	(219.932)
LUCRO BRUTO (PREJUÍZO)		(5.927)	12.587	6.969	32.641	(4.024)	15.514	11.086	46.113
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Vendas	24.a)	(139)	(444)	(169)	(407)	(267)	(654)	(520)	(938)
Gerais e administrativas	24.a)	(10.337)	(18.004)	(8.096)	(18.401)	(15.031)	(26.654)	(11.311)	(28.579)
Remuneração dos administradores	13.2 e 24.a)	(2.474)	(3.644)	(1.663)	(5.298)	(2.581)	(3.860)	(4.026)	(6.363)
Equivalência patrimonial	14	(11.436)	(44.337)	2.385	(1.134)	-	-	-	-
Perdas com investimentos	5.b	4.748	(2.677)	-	-	925	(6.500)	-	-
Outras, líquidas	27	(242)	(1.825)	5.092	5.798	(1.644)	(19.864)	4.683	4.275
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(25.807)	(58.344)	4.518	13.199	(22.622)	(42.018)	(88)	14.508
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	26	(2.740)	(7.620)	(1.612)	(2.820)	(6.801)	(16.202)	(1.477)	(3.852)
Receitas financeiras	26	3.226	5.653	2.076	4.311	5.245	8.227	2.581	6.134
Variação cambial e monetária, líquida	26	(362)	244	267	(1.290)	960	(18.313)	5.539	3.124
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(25.683)	(60.067)	5.249	13.400	(23.218)	(68.306)	6.555	19.914
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	28	1.793	-	254	(2.907)	(802)	(813)	406	(8.115)
Diferidos	28	5.649	7.501	(1.892)	(2.869)	5.800	16.614	(3.222)	(3.205)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO		(18.241)	(52.566)	3.611	7.624	(18.220)	(52.505)	3.739	8.594
ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						(18.241)	(52.566)	3.611	7.624
Acionistas não controladores						21	61	128	970
						(18.220)	(52.505)	3.739	8.594
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) BÁSICO POR AÇÃO - R\$	35					(0,27110)	(0,78123)	0,05367	0,11331
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	35					(0,27110)	(0,78123)	0,05196	0,10969

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(18.241)	(52.566)	3.611	7.624	(18.220)	(52.505)	3.739	8.594
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:								
Ajustes de conversão	-	14.662	-	-	-	14.662	-	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior	2.473	3.958	2.561	2.336	2.473	3.958	2.561	2.336
Total do resultado abrangente do período	<u>(15.768)</u>	<u>(33.946)</u>	<u>6.172</u>	<u>9.960</u>	<u>(15.747)</u>	<u>(33.885)</u>	<u>6.300</u>	<u>10.930</u>
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores					(15.768)	(33.946)	6.172	9.960
Acionistas não controladores					21	61	128	970
	<u>(15.747)</u>	<u>(33.885)</u>	<u>6.300</u>	<u>10.930</u>				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reservas de capital				Reservas de Lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
		Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do período					Ações em Tesouraria
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018		243.022	(9.665)	6.896	(2.043)	935	14.260	56.250	-	(263)	14.131	323.523	3.262	326.785
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	707	-	-	-	-	-	-	-	707	-	707
Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	-	-	(10.534)	-	-	-	(10.534)	-	(10.534)
Aquisição de ações em tesouraria	22	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.868)	-	(1.868)	-	(1.868)
Realização da reserva de reavaliação	22	-	-	-	-	(30)	-	30	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	22	-	-	-	-	-	-	-	7.624	-	-	7.624	970	8.594
Outros resultados abrangentes -	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	2.336	2.336	143	-	2.479
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	-	-	7.624	-	2.336	9.960	1.113	11.073
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018		243.022	(9.665)	7.603	(2.043)	905	14.260	45.746	7.624	(2.131)	16.467	321.788	4.375	326.163
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019		243.022	(9.665)	8.099	(2.043)	776	14.679	63.781	-	(2.131)	12.651	329.169	5.311	334.480
Pagamentos baseado em ações	33	-	-	(8.099)	-	-	-	5.120	-	-	-	(2.979)	-	(2.979)
Dividendos adicionais propostos	22	-	-	-	-	-	-	(1.991)	-	-	-	(1.991)	-	(1.991)
Realização da reserva de reavaliação	22	-	-	-	-	(85)	-	85	-	-	-	-	-	-
Descontinuidade do pacto com acionistas Bizarro	5.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.289)	(5.289)
Prejuízo do período	22	-	-	-	-	-	-	-	(52.566)	-	-	(52.566)	61	(52.505)
Outros resultados abrangentes -	22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de conversão por hiperinflação		-	-	-	-	-	-	-	-	14.662	14.662	-	-	14.662
Variação cambial na conversão de operações no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	3.958	3.958	174	-	4.132
Resultado abrangente total do período		-	-	-	-	-	-	-	(52.566)	-	18.620	(33.946)	(5.054)	(39.000)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019		243.022	(9.665)	-	(2.043)	691	14.679	66.995	(52.566)	(2.131)	31.271	290.253	257	290.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/19	30/06/18	30/06/19	30/06/18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo)		(52.566)	7.624	(52.505)	8.594
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	44.337	1.134	-	-
Depreciação e amortização	24.b)	5.358	1.722	7.819	2.814
Perdas com investimentos		2.677	-	6.500	-
Ganho com valor justo de instrumentos financeiros		35	-	35	-
Custo residual de ativo imobilizado baixado		73	(230)	73	(125)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.501)	2.869	(16.614)	3.205
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		3.808	3.785	2.716	(3.855)
Pagamentos baseados em ações		180	707	180	707
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	(1.200)	746	33.738	2.159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.a)	19	(2)	(1.086)	(645)
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		57.488	93.535	83.891	123.156
Estoques		(168)	(65)	(134)	(17)
Impostos a recuperar		(3.192)	(5.597)	(4.330)	(5.087)
Adiantamentos a fornecedores		26.484	1.149	24.776	(2.377)
Outras contas a receber		1.278	(4.046)	2.721	(6.210)
Depósitos judiciais		59	(1.588)	(145)	(1.380)
Custos antecipados		11.738	(32.747)	17.056	(51.497)
Fornecedores		7.168	2.795	4.111	4.004
Impostos e contribuições a recolher		(1.601)	(2.682)	(1.747)	(8.386)
Salários, provisões e encargos sociais		(3.367)	1.076	(3.282)	878
Adiantamentos de clientes		(75.793)	(68.835)	(83.272)	(70.689)
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	(217)	(1.214)
Outras obrigações		6.124	2.299	9.122	(385)
Pagamento de passivos de arrendamento - juros		776	-	1.367	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		22.214	3.649	30.773	(6.350)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		181	1.461	-	-
Aplicações financeiras		-	(503)	-	(503)
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	(3.000)	-	(3.008)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(979)	(127)	(1.130)	(979)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(3.798)	831	(4.138)	(1.482)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		-	(1.868)	-	(1.868)
Partes relacionadas		8.389	(2.140)	(2.408)	6.515
Pagamentos de dividendos		(3.982)	(21.068)	(3.982)	(21.068)
Pagamento de debêntures - principal		-	(8.333)	-	(8.333)
Pagamento de debêntures - juros		(4.163)	(1.202)	(4.163)	(1.202)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal		(4.356)	-	(6.266)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(4.112)	(34.611)	(16.819)	(25.956)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		985	1.904	12.317	6.921
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.289	(28.227)	22.133	(26.867)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do período		148.038	138.942	196.951	198.015
No final do período		163.327	110.715	219.084	171.148
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		15.289	(28.227)	22.133	(26.867)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	30/06/18	30/06/19	30/06/18
RECEITAS				
De serviços e produtos	228.606	207.294	286.644	296.445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19)	2	1.086	645
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(179.121)	(143.525)	(224.103)	(212.990)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.749)	(10.773)	(25.414)	(20.970)
Perda de valores ativos	(90)	182	(1.344)	104
VALOR ADICIONADO BRUTO	32.627	53.180	36.869	63.234
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(5.358)	(1.722)	(7.819)	(2.814)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	27.269	51.458	29.050	60.420
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(41.254)	7.102	(33.984)	13.601
Receitas financeiras e variação cambial	5.897	3.021	(10.088)	8.911
Resultado de equivalência patrimonial	(44.337)	(1.134)	-	-
Perdas em investimentos	(2.677)	-	(6.500)	-
Outras receitas	(137)	5.215	(17.396)	4.690
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(13.985)	58.560	(4.934)	74.021
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	7.254	12.303	10.264	16.683
Remuneração direta	5.059	10.489	7.799	14.552
Benefícios	1.696	1.366	1.892	1.585
FGTS	499	448	573	546
Impostos, taxas e contribuições	23.967	35.869	21.190	45.098
Federais	15.153	27.709	11.674	36.133
Estaduais	-	-	533	615
Municipais	8.814	8.160	8.983	8.350
Remuneração de capitais de terceiros	7.360	2.764	16.117	3.646
Juros	7.296	2.561	15.876	3.244
Aluguéis	64	203	241	402
Remuneração de capital próprio	(52.566)	7.624	(52.505)	8.594
Lucros retidos	(52.566)	7.624	(52.566)	7.624
Participação dos acionistas não controladores	-	-	61	970
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(13.985)	58.560	(4.934)	74.021

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Orbis Seguros, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

b) As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting” aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. ("ADTSPE"), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério "pro rata" com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. A IAS 29 exige a divulgação dos resultados das operações da empresa na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).

De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- a norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 da IAS 29, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações contábeis de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação);
- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;
- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- a demonstração de resultados do ano de 2017 e os respectivos balanços patrimoniais das subsidiárias na Argentina não foram reapresentados. Conforme IAS 21 parágrafo 42 (b) quando os montantes forem convertidos para a moeda de economia não hiperinflacionária, os montantes comparativos devem ser aqueles que seriam apresentados como montantes do ano corrente nas demonstrações contábeis do ano anterior (isto é, não ajustados para mudanças subsequentes no nível de preços ou mudanças subsequentes nas taxas de câmbio);
- na ausência da emissão do pronunciamento análogo pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Companhia aplicou o IAS 29 como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária nas demonstrações contábeis individuais.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting"). O grupo não possui saldo de operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2019.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado o seu valor justo com base no modelo "Black & Scholes" na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam "vested", ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (Bens de Direito de Uso) e passivo (Passivos de arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possuam valor imaterial ou que tenham como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transição; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução no primeiro trimestre, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Adoção inicial de nova norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substituiu a IAS 17 – Arrendamentos. A norma remove a distinção atual entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (Bens de direitos de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3 (I.)). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2019	2018		2019	2018
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Bizarro Producciones SpA.(b)	-	60,00
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
Pop Load Festival(a)	60,00	-			

(a) Em 04 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 60% de controle da Pop Load Festival.

(b) Durante o primeiro trimestre de 2019, conforme previsto no acordo de acionistas, a Companhia optou pela descontinuidade do investimento nessa controlada.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e a receita líquida dos semestres de 2019 e de 2018:

Controladas:	30/06/19			31/12/18		30/06/18
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	4.966	4.566	-	1.201	842	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	20.328	33.099	1.598	5.374	13.184	2.401
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	16.370	2.264	569	18.068	2.867	1.204
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	71.791	10.855	7.643	66.470	15.441	11.029
T4F USA Inc.	3.101	2	-	3.084	2	-
Ticket Co. SpA	20.758	12.409	2.648	21.050	12.367	5.284
Vicar Promoções Desportivas S.A.	13.773	5.507	7.706	14.056	5.037	10.815
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	5.695	8.340	-	5.629	8.167	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	1.451	505	11.315	79.273	74.768	47.914
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	26.016	53.968	22.801	24.095	27.233	7.710
PLF Eventos S.A	2.455	2.256	467	-	-	-

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral. A T4F Entretenimiento Chile SpA atualmente detém participação direta na T4F Bizarro Producciones SpA de 60%.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- PLF Eventos S.A - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Caixa e bancos (c)	5.491	15.822	17.312	24.961
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	130.329	108.668	165.294	146.705
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	15.487	15.281	15.491	15.956
Operação compromissada - DI (b)	415	8.267	9.382	9.329
Time deposit (e)	11.605	-	11.605	-
Total	163.327	148.038	219.084	196.951

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Crédito Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 93% a 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2018), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 3% ao ano sem prejuízo de resgate.

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$26 (R\$4.137 em 31 de dezembro de 2018).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Clientes faturados (i)	12.449	17.630	18.103	28.848
Bilheteria (ii)	11.049	54.804	15.406	83.548
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	7.001	15.553	17.520	33.836
Total das contas a receber	30.499	87.987	51.029	146.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(553)	(534)	(3.548)	(4.989)
Total	29.946	87.453	47.481	141.243

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
A vencer:	29.652	82.713	37.745	129.742
Vencidas:				
Até 30 dias	187	3.538	9.415	4.544
De 31 a 60 dias	102	327	221	1.297
De 61 a 90 dias	5	875	100	1.017
De 91 a 180 dias	71	23	123	582
Há mais de 180 dias	482	511	3.425	9.050
Total das contas a receber	30.499	87.987	51.029	146.232

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	534	4.989
(+) Adições	24	64
(-) Reversões e baixas	(5)	(1.505)
Saldos em 30 de junho de 2019	553	3.548

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
IRPJ/CSLL - antecipações	2.094	2.795	2.605	4.803
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.932	287	7.485	4.212
Programa de Integração Social - PIS	-	-	85	31
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	384	135
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.312	4.513
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	258	517
Outros	2.507	2.259	4.015	3.846
Total	8.533	5.341	19.144	18.057

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.732	27.541	7.198	31.536
Outros	321	996	1.206	4.585
Total	2.053	28.537	8.404	36.121

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Eventos, shows e espetáculos contratados	18.937	30.672	22.848	41.320
Outros	1.930	1.933	3.472	3.909
Total	20.867	32.605	26.320	45.229
Circulante	9.327	17.218	14.780	29.842
Não Circulante (i)	11.540	15.387	11.540	15.387

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados entre 2020 a 2023.

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/19	31/12/18
Coparticipação de shows(i)	-	22.975
Bilheteria a receber de terceiros (ii)	2.935	4.957
Reembolso de Contingências (iii)	1.532	3.329
Outros	830	336
Total	5.297	31.597

(i) Em 31 de dezembro de 2018, referem-se aos valores registrados, substancialmente, a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento S.A. e Eventos Bizarro. No primeiro trimestre de 2019, esse montante foi revertido, conforme nota 5.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas fiscais no montante de R\$439 em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, trabalhistas no montante de R\$778 em 30 de junho de 2019 e cíveis no montante de R\$315 em 30 de junho de 2019 (R\$2.112 em 31 de dezembro de 2018) registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 20) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/06/19			31/12/18		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	30	-	-	30	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista 5.694	-	230	5.413	-	562
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	Controlada 16.167	-	(1.111)	12.111	-	(3.988)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada 1.875	-	-	2.085	-	(378)
T4F Chile S.A. (ii)	Controlada indireta -	23.491	(131)	-	23.359	(4.165)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	Controlada 2.124	-	(72)	15.400	-	94
T4F USA Inc. (iii)	Controlada -	3.002	(26)	-	2.976	(541)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada 724	-	525	400	-	915
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	Controlada 4.336	-	82	4.196	-	890
PLF Eventos S.A.	Controlada 505	-	-	-	-	-
Total	31.455	26.493	(503)	39.635	26.335	(6.611)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:

	Categoria	30/06/19		31/12/18	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	6.164	230	5.917	562
ACT Peru S.A.C	Outras partes relacionadas	1.832	-	1.702	-
Eventos Bizarro SpA.	Outros	2.031	-	(230)	-
Total		10.027	230	7.389	562

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/19				30/06/18			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	157	-	-	157	152	-	-	152
Conselho Fiscal	160	-	-	160	58	-	-	58
Diretores estatutários	1.740	761	826	3.327	1.682	2.900	506	5.088
Total	2.057	761	826	3.644	1.892	2.900	506	5.298

Consolidado	30/06/19				30/06/18			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	157	-	-	157	152	-	-	152
Conselho Fiscal	160	-	-	160	58	-	-	58
Diretores estatutários	1.956	761	826	3.543	2.184	3.463	506	6.153
Total	2.273	761	826	3.860	2.394	3.463	506	6.363

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$11.232 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2019

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	400	42	99,99	42	-	400
PLF Eventos S.A.	199	99	100,00	59	-	119
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(12.770)	(4.961)	99,99	(4.960)	(12.770)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(27.952)	(24.989)	98,29	(24.988)	(27.951)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.106	(1.095)	99,99	(1.095)	-	14.106
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	60.935	(8.771)	100,00	(8.771)	-	60.935
T4F USA Inc.	3.099	51	100,00	51	-	3.099
Ticket Co. SpA.	8.349	(400)	100,00	(400)	-	8.349
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.645)	(76)	60,00	(46)	(1.587)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	947	(3.589)	100,00	(3.589)	-	947
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.266	(752)	85,00	(640)	-	7.029
Total				(44.337)	(42.308)	94.984

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

a.2) 31 de dezembro de 2018

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	359	36	99,99	36	-	359
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(7.810)	(5.947)	99,99	(5.947)	(7.809)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(3.138)	(8.884)	98,29	(8.884)	(3.138)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.201	722	99,99	722	-	15.200
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	51.030	(6.164)	100,00	(6.164)	-	51.030
T4F USA Inc.	3.082	106	100,00	106	-	3.082
Ticket Co. SpA.	8.683	1.509	100,00	1.509	-	8.683
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.538)	(903)	60,00	(542)	(1.523)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	12.434	3.613	100,00	3.613	-	7.459
Vicar Promoções Desportivas S.A.	9.019	394	85,00	335	-	7.667
Total				(15.216)	(12.470)	93.480

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2019 e em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora 30/06/19	Controladora 30/06/18
Saldo inicial do investimento líquido	81.010	86.010
Equivalência patrimonial	(44.337)	(1.134)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	3.958	2.335
Ajustes de conversão - (hiperinflação)	14.662	-
Aquisição de investimentos	60	-
Perdas com investimentos (nota 5)	(2.677)	-
Saldo final do investimento líquido	52.676	87.211
Provisão para perdas em investimentos em controladas	42.308	6.584
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	94.984	93.795

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iii)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
PLF Eventos S.A	4.940	-	4.940	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (iv)	1.771	1.771	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina (v)	-	-	12.261	690
Total	115.427	110.487	127.688	111.177

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(iv) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como

(v) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	96	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.780	76.749	107.066	115.710
Móveis e utensílios	4.265	4.363	8.251	7.653
Máquinas e equipamentos	13.760	13.846	20.103	18.492
Equipamentos de processamento de dados	5.957	6.526	10.276	8.834
Estruturas	9.646	9.196	9.784	9.348
Veículos	777	843	5.969	6.035
Bens de direito de uso	21.458	-	37.253	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	132.760	111.640	198.918	166.302

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(75.124)	(74.832)	(100.665)	(107.992)
Móveis e utensílios	6	(3.395)	(3.369)	(6.924)	(6.120)
Máquinas e equipamentos	13	(10.307)	(9.959)	(15.393)	(13.477)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.222)	(6.142)	(9.209)	(7.939)
Estruturas	15	(9.071)	(9.008)	(9.148)	(9.094)
Veículos	20	(533)	(555)	(5.708)	(5.689)
Bens de direito de uso	20	(3.800)	-	(5.380)	-
Total		(107.452)	(103.865)	(152.427)	(150.311)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	96	110
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.656	1.917	6.401	7.718
Móveis e utensílios	870	994	1.327	1.533
Máquinas e equipamentos	3.453	3.887	4.710	5.015
Equipamentos de processamento de dados	735	384	1.067	895
Estruturas	575	188	636	254
Veículos	244	288	261	346
Bens de direito de uso	17.658	-	31.873	-
Imobilizado em andamento	117	117	120	120
Total	25.308	7.775	46.491	15.991

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
		Custo	-	11.796	11.796
Amortização	20	(10.377)	(9.863)	(12.344)	(14.288)
Total		1.419	1.933	2.503	3.113

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/06/19		31/12/18	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
	Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	466	(371)	95	114
Máquinas e equipamentos	1.967	(1.088)	879	981
Equipamentos de processamento de dados	173	(118)	55	57
Equipamentos Aurolights - incorporação	167	(151)	17	22
	28.107	(27.062)	1.046	1.174
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(355)	(398)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			691	776

Consolidado:

	30/06/19		31/12/18	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
	Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-
Móveis e utensílios	1.021	(892)	129	159
Máquinas e equipamentos	3.722	(2.429)	1.293	1.419
Equipamentos de processamento de dados	232	(175)	57	60
Equipamentos Aurolights - incorporação	167	(151)	17	22
	30.476	(28.981)	1.496	1.660
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(509)	(564)
Eliminações do consolidado			(296)	(320)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			691	776

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Saldo inicial	7.775	9.412	15.927	15.697
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	30	375	30	524
Móveis e utensílios	6	3	8	10
Máquinas e equipamentos	60	226	78	228
Equipamentos de processamento de dados	447	107	477	361
Estruturas	449	-	449	-
Bens de direito de uso	21.458	-	37.253	-
Total de adições	22.450	711	38.295	1.123
Baixas líquidas	(73)	(198)	(73)	(1.234)
Depreciação	(1.044)	(2.150)	(1.728)	(4.139)
Depreciação - Bens de direito de uso (1)	(3.800)	-	(5.380)	-
Efeitos de variação cambial	-	-	(550)	(575)
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	-	5.119
	(4.917)	(2.348)	(7.731)	(829)
Saldo final	25.308	7.775	46.491	15.991

(1) Adoção inicial - IFRS16/CPC 06 (R2)

A Companhia ofereceu como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$107, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de junho de 2019, há aproximadamente R\$14.554, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Saldo inicial	1.933	3.022	3.113	4.099
Adições:				
Software	-	17	101	301
Amortização (1)	(514)	(1.106)	(711)	(1.133)
Baixas líquidas	-	-	-	(253)
(-) Correção monetária na Arg.	-	-	-	99
Saldo final	1.419	1.933	2.503	3.113

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 24.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Fornecedores nacionais	24.324	17.201	46.790	64.117
Fornecedores estrangeiros	216	157	703	458
Total	24.540	17.358	47.493	64.575

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Debêntures (a)	CDI + 1,6225%	2021	121.421	120.896	121.421	120.896
Passivo de arrendamento (b)	CDI + 1,6225%	2023	17.879	-	32.354	-
Total			139.300	120.896	153.775	120.896
Parcela do passivo circulante			26.744	896	28.821	896
Parcela do passivo não circulante			112.556	120.000	124.955	120.000

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio (naming rights).

b) Passivos de arrendamento

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (% CDI + 1.6225).

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
COFINS a recolher	376	1.037	447	1.154
PIS a recolher	78	224	94	249
Imposto Sobre Serviços - ISS	1.676	1.401	1.913	1.590
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.201	2.525
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	406	394	406	161
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	126	990
IVA - imposto de valor agregado	-	-	25	1.857
ICMS a recolher - faturamento	3	-	(639)	-
INSS de terceiros a recolher	156	148	306	270
Outros	93	168	67	894
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	106	141
Passivo circulante	2.788	3.372	4.052	9.831
Parcelamento de ISS (b)	867	1.036	867	1.036
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a)	155	4.069	155	4.069
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	199	274
Passivo não circulante	1.022	5.105	1.221	5.379

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2019, o saldo remanescente é de R\$155 (R\$4.069 em 31 de dezembro de 2018). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2019 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.273 (R\$1.430 em 31 de dezembro de 2018).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de junho de 2019 a controlada no exterior T4F Entrenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 71 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 2 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Contratos de “naming rights” (a)	7.686	8.886	7.686	8.886
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	5.628	7.829	21.591	11.013
Eventos privados (b.2)	311	528	312	529
Vendas antecipadas de ingressos (c)	5.433	77.608	5.444	99.216
Total	19.058	94.851	35.033	119.644

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 30 de junho de 2019 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$1.680 em 2019, R\$2.881 em 2020, R\$2.881 em 2021 e R\$244 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras. Em 30 de junho de 2019 aos valores a serem apropriados em 2019 será de R\$5.392 na controladora e de R\$9.036 no consolidado.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas. Em 30 de junho de 2019 os valores a serem apropriados em 2019 será de R\$311 na controladora e no consolidado.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Trabalhistas	4.404	4.743	6.332	6.208
Cíveis	1.403	1.267	36.153	1.783
Tributários	192	1.034	458	1.297
Total	5.999	7.044	42.943	9.288
Não circulante	5.999	7.044	42.943	9.288

20.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$115.850 (R\$107.548 em 31 de dezembro de 2018).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2019, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$63.114.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2019, o valor estimado do processo era de R\$12.809 (R\$12.661 em 31 de dezembro de 2018).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2019, o valor envolvido era de R\$5.523 (R\$5.455 em 31 de dezembro de 2018).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado dos dois processos é de R\$12.301 (R\$12.330 em 31 de dezembro de 2018).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$16.694 para data base de 30 de junho de 2019, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que, em relação a 24% do valor total acima informado, a probabilidade de perda é possível e, em relação a 76% do valor total acima informado, a probabilidade de perda é remota.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de junho de 2019, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.729 (R\$2.729 em 31 de dezembro de 2018).

g) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2019 o valor da causa é de R\$5.224.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$9.154 (R\$8.959 em 31 de dezembro de 2018).

20.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2019 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$32.532 (R\$28.307 em 31 de dezembro de 2018).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2019 é de aproximadamente R\$2.532 (R\$2.440 em 31 de dezembro de 2018) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.326, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.163, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2019 o valor em discussão é de R\$ 1.790 (R\$1.692 em 31 de dezembro de 2018). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$ 3, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2019, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$10.607 (R\$10.477 em 31 de dezembro de 2018).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora

	31/12/18	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	30/06/19
Trabalhistas	4.743	(415)	-	76	4.404
Cíveis	1.267	59	-	77	1.403
Tributário	1.034	(844)	-	2	192
Total	7.044	(1.200)	-	155	5.999

Consolidado

	31/12/18	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/19
Trabalhistas	6.208	172	(131)	135	(52)	6.332
Cíveis(a)	1.783	34.410	(86)	76	(30)	36.153
Tributário	1.297	(844)	-	5	-	458
Total	9.288	33.738	(217)	216	(82)	42.943

a) A Companhia, pelos termos de decisão judicial proferida em 17 de abril de 2019 pela Câmara Nacional de Apelaciones em lo Comercial de la Capital Federal, tribunal de segunda instância do Poder Judiciário da República Argentina, foi condenada solidariamente com as suas controladas T4F Inversiones S.A., Ticketek Argentina S.A. e T4F Entretenimientos Argentina S.A. a pagar a LRPG Mandataria y Fiduciaria S.A. a quantia de US\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), quantia esta a ser acrescida de juros de mora a serem calculados desde 13 de junho de 2007 até seu efetivo pagamento, nos autos de ação movida contra a Companhia e suas controladas por LRPG MANDATÁRIA Y FIDUCIÁRIA S.A., em decorrência de discussão de contrato de compra e venda de participação acionária celebrado em 14 de maio de 2007.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2019 e em dezembro de 2018, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2018
Lucro líquido do exercício	8.384
(-) Reserva legal	(419)
Base de cálculo dos dividendos	7.965
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	1.991

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa").

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)
214.600	2.131	6,10	9,88	10,77	1.130.942

h) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados.

23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Receita bruta:				
Serviços	127.439	227.068	44.816	207.225
Produtos	1.535	1.538	48	69
Impostos incidentes	(15.372)	(28.389)	(5.259)	(27.333)
Receita líquida	<u>113.602</u>	<u>200.217</u>	<u>39.605</u>	<u>179.961</u>

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Receita bruta:				
Serviços	148.432	284.376	78.534	295.484
Produtos	2.325	2.379	64	961
Impostos incidentes	(18.342)	(33.736)	(6.900)	(30.400)
Receita líquida	<u>132.415</u>	<u>253.019</u>	<u>71.698</u>	<u>266.045</u>

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(5.959)	(8.173)	(4.186)	(12.518)
Serviços de terceiros	(6.486)	(12.853)	(5.170)	(10.274)
Utilidades e facilidades	(284)	(573)	(299)	(726)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(19)	2	2
Outras despesas operacionais	(221)	(474)	(275)	(590)
Despesas operacionais	(12.950)	(22.092)	(9.928)	(24.106)
Vendas	(139)	(444)	(169)	(407)
Gerais e administrativas	(10.337)	(18.004)	(8.096)	(18.401)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(2.474)	(3.644)	(1.663)	(5.298)
Total das despesas por natureza	(12.950)	(22.092)	(9.928)	(24.106)

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(8.110)	(12.133)	(7.304)	(18.773)
Serviços de terceiros	(7.897)	(15.343)	(6.772)	(13.044)
Utilidades e facilidades	(979)	(1.869)	(1.083)	(2.131)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.085	628	645
Outras despesas operacionais	(893)	(2.908)	(1.326)	(2.577)
Despesas operacionais	(17.879)	(31.168)	(15.857)	(35.880)
Vendas	(267)	(654)	(520)	(938)
Gerais e administrativas	(15.031)	(26.654)	(11.311)	(28.579)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(2.581)	(3.860)	(4.026)	(6.363)
Total das despesas por natureza	(17.879)	(31.168)	(15.857)	(35.880)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(66.133)	(85.012)	(8.258)	(70.104)
Transportes e locações	(16.892)	(33.738)	(3.698)	(22.938)
Serviços de terceiros	(13.876)	(18.976)	(9.989)	(20.244)
Viagens e locomoção	(2.281)	(4.139)	(804)	(2.860)
Utilidades e facilidades	(4.751)	(7.564)	(1.619)	(9.171)
Mídia e publicidade	(4.891)	(7.463)	(3.272)	(6.506)
Depreciação e amortização	(2.685)	(5.358)	(772)	(1.722)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.331)	(2.600)	(950)	(1.409)
Custos de produção	(6.689)	(22.780)	(3.274)	(12.366)
Total	(119.529)	(187.630)	(32.636)	(147.320)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(69.138)	(103.881)	(16.731)	(96.322)
Transportes e locações	(19.998)	(36.915)	(7.357)	(28.885)
Serviços de terceiros	(17.274)	(25.847)	(13.112)	(27.209)
Viagens e locomoção	(2.806)	(5.143)	(1.400)	(3.611)
Utilidades e facilidades	(5.678)	(10.129)	(2.726)	(11.359)
Mídia e publicidade	(5.612)	(8.782)	(4.747)	(8.589)
Depreciação e amortização	(3.914)	(7.819)	(1.312)	(2.814)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.976)	(3.759)	(1.794)	(2.957)
Custos de produção	(10.043)	(35.230)	(11.433)	(38.186)
Total	(136.439)	(237.505)	(60.612)	(219.932)

25. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Salários e bonificações	(3.395)	(6.287)	(2.772)	(5.247)
Despesa de férias	(322)	(780)	(238)	(958)
Despesa de 13º salário	(248)	(456)	(186)	(448)
Encargos sociais	(1.630)	(2.886)	(1.040)	(2.676)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(824)	1.403	(25)	(3.152)
Pagamentos baseados em ações	-	(181)	(255)	(707)
Outros benefícios a empregados (i)	(871)	(1.586)	(620)	(739)
Total de despesas com benefícios a empregados	(7.290)	(10.773)	(5.136)	(13.927)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.331)	(2.600)	(950)	(1.409)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(5.959)	(8.173)	(4.186)	(12.518)
Total	(7.290)	(10.773)	(5.136)	(13.927)

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Salários e bonificações	(5.528)	(9.952)	(5.865)	(10.930)
Despesa de férias	(317)	(918)	(297)	(1.103)
Despesa de 13º salário	(344)	(633)	(295)	(676)
Encargos sociais	(2.079)	(3.702)	(1.615)	(3.970)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(868)	1.302	(25)	(3.345)
Pagamentos baseados em ações	-	(181)	(255)	(707)
Outros benefícios a empregados (i)	(950)	(1.808)	(744)	(999)
Total de despesas com benefícios a empregados	(10.086)	(15.892)	(9.096)	(21.730)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.976)	(3.759)	(1.792)	(2.957)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(8.110)	(12.133)	(7.304)	(18.773)
Total	(10.086)	(15.892)	(9.096)	(21.730)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesas financeiras:				
Juros passivos	38	(653)	(101)	(119)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(19)	(323)	(118)	(259)
Juros com debêntures	(2.343)	(4.689)	(356)	(900)
Outras(i)	(416)	(1.955)	(1.037)	(1.542)
Total	(2.740)	(7.620)	(1.612)	(2.820)

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(233)	(1.214)	358	(427)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(634)	(1.085)	(317)	(1.103)
Juros com debêntures	(2.343)	(4.689)	(356)	(900)
Outras(i)	(3.591)	(9.214)	(1.162)	(1.422)
Total	(6.801)	(16.202)	(1.477)	(3.852)

(i) Inclui o valor total de R\$7.461 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Receitas financeiras:				
Juros ativos	811	811	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	2.255	4.381	1.999	4.161
Outras(i)	160	461	77	150
Total	3.226	5.653	2.076	4.311

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Receitas financeiras:				
Juros ativos	1.415	1.830	(321)	169
Rendimentos de aplicações financeiras	2.244	4.427	2.862	5.886
Outras(i)	1.586	1.970	40	79
Total	5.245	8.227	2.581	6.134

(i) Inclui o valor total de R\$1.903 referente ao ajuste de hiperinflação da Argentina.

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(1.518)	(6.361)	(5.308)	(7.986)
Ativas	981	6.032	3.355	6.020
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(44)	(155)	(28)	(1.685)
Ativas	219	728	2.248	2.361
Total	(362)	244	267	(1.290)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(10.544)	(34.754)	(3.655)	(12.145)
Ativas	10.047	34.083	6.746	14.225
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(275)	(19.889)	(36)	(1.695)
Ativas	1.732	2.247	2.484	2.739
Total	960	(18.313)	5.539	3.124

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	86	(1.470)	5.131	5.007
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(92)	(87)	(109)	365
Outras	(236)	(268)	70	426
Total	(242)	(1.825)	5.092	5.798

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(1.597)	(19.694)	4.339	2.984
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(146)	(141)	(117)	357
Outras	99	(29)	461	934
Total	(1.644)	(19.864)	4.683	4.275

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesa de IRPJ corrente	1.317	-	76	(2.247)
Despesa de CSLL corrente	476	-	178	(660)
IRPJ e CSLL diferidos	5.649	7.501	(1.892)	(2.869)
Total	7.442	7.501	(1.638)	(5.776)

	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Despesa de IRPJ corrente	(1.252)	(736)	267	(7.380)
Despesa de CSLL corrente	450	(77)	139	(735)
IRPJ e CSLL diferidos	5.800	16.614	(3.222)	(3.205)
Total	4.998	15.801	(2.816)	(11.320)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Lucro (prejuízo) do período antes do IRPJ e da CSLL	(25.683)	(60.067)	5.249	13.400
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	8.732	20.423	(1.785)	(4.556)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(20)	(412)	(573)	(594)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.889)	(15.075)	810	(386)
Plano de remuneração baseado em ações	-	(61)	(86)	(240)
Outros itens	(7)	-	(4)	-
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	4.816	4.875	(1.638)	(5.776)
% alíquota efetiva	19%	8%	31%	43%
	Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Lucro (prejuízo) do período antes do IRPJ e da CSLL	(23.218)	(68.306)	6.555	19.914
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	7.894	23.224	(2.229)	(6.771)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(23)	(800)	(274)	(608)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(822)	(1.538)	(2.007)	(1.361)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	(301)	(505)	185	(41)
Controlada tributada no exterior	(4.376)	(7.145)	1.595	(2.299)
Plano de remuneração baseado em ações	-	(61)	(86)	(240)
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	2.372	13.175	(2.816)	(11.320)
% alíquota efetiva	10%	19%	43%	57%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	Variação de		Variação do trimestre	30/06/19
	31/12/18	01/04/19 a 30/06/19		
Controladora				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	182	(182)	6	188
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.395	(2.927)	(355)	2.040
Prejuízos fiscais	32.484	(30.252)	1.665	34.149
Base negativa de CSLL	12.635	(12.431)	1	12.636
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	631	65	(534)
Outras provisões	2.034	(1.388)	3.054	5.088
Total do ativo líquido	49.131	(46.549)	4.436	53.567

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado	Variação de		Variação do trimestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/19
	31/12/18	01/04/19 a 30/06/19			
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	524	(622)	1.432	26	1.982
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.366	(1.815)	9.338	(1)	10.703
Prejuízos fiscais	32.992	(30.760)	1.157	-	34.149
Base negativa de CSLL	12.635	(12.431)	1	-	12.636
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	631	65	-	(534)
Outras provisões	6.933	(5.057)	(674)	(351)	5.908
Total do ativo	53.851	(50.054)	11.319	(326)	64.844
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Outras provisões	(3.727)	3.732	12	-	(3.715)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(165)	(694)	2.867	-	2.702
Total do passivo	(3.892)		2.879	-	(1.013)
Total líquido	49.959		14.198	(326)	63.831

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/19	31/12/18
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	9.823	31.665
Diferenças temporárias dedutíveis	-	(438)
	9.823	31.227
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	3.340	10.617

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	2.760	3.381
2020	5.922	6.543
2021	7.547	8.168
2022	8.335	8.956
2023	9.230	9.851
2024	9.809	10.430
2025	9.964	17.515
Total	53.567	64.844

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

29.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota	Controladora	
		explicativa	30/06/19	31/12/18
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.421)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	5.491	15.822
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	162.836	137.216
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	31.455	39.635
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(26.493)	(26.335)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	29.946	87.453
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(24.540)	(17.358)
Total de exposição			57.274	115.537
Efeito no resultado			(638)	(4.105)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota	Consolidado	
		explicativa	30/06/19	31/12/18
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(121.421)	(120.896)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	17.312	24.961
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	206.772	176.990
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	10.027	7.389
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	47.481	141.243
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(47.493)	(64.575)
Total de exposição			112.678	165.112
Efeito no resultado			(38)	(8.348)

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 1,6225% ao ano para a emissão de 2018. (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

29.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. Em 30 de junho de 2019, o Grupo não possui esse tipo de instrumentos financeiros contratados.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/19	31/12/18	30/06/19	31/12/18
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	5.491	15.822	5.491	15.822
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.336	4.196	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	2.124	15.400	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(26.493)	(26.335)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(216)	(157)	(703)	(458)
Total de exposição			(14.758)	8.926	4.788	15.364
Efeitos no resultado			(2.138)	(4.909)	1.566	2.934

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;
- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2019 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/06/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.421)	(130.179)	(131.875)	(133.572)
Aplicações financeiras	Redução	151.231	161.628	164.235	166.826
Exposição líquida		29.810	31.449	32.360	33.254

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/06/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(121.421)	(130.179)	(131.875)	(133.572)
Aplicações financeiras	Redução	195.166	217.494	223.084	228.658
Exposição líquida		73.745	87.315	91.209	95.086

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$1.639 na controladora e de R\$13.570 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 1,6225% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho 2019.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.550 na controladora e de R\$17.464 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$3.444 na controladora e de R\$21.341 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de Junho de 2019 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	30/06/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	5.491	5.517	6.896	8.275
Fornecedores	Aumento	(216)	(217)	(271)	(326)
Exposição líquida		5.275	5.300	6.625	7.949

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	30/06/19	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	17.312	17.392	21.741	26.089
Fornecedores	Aumento	(703)	(706)	(883)	(1.059)
Exposição líquida		16.609	16.686	20.858	25.030

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$25 e R\$77 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.350 na controladora e de R\$4.249 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.674 na controladora e de R\$8.421 no consolidado.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de junho de 2019 e de 2018, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/19	31/12/18
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	110.688	123.339
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	240.083	250.189
		<u>350.771</u>	<u>373.528</u>

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

31. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$73.877.

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$ 35.354 para 30 de junho de 2019.

32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. O Plano confere ao Conselho de Administração poderes para a criação e aplicação de normas gerais relativas às opções, o Conselho da Administração decidiu pela ampliação da forma de liquidação das opções outorgadas no âmbito do Plano, de modo que o exercício das opções possa também ser liquidado em caixa, a critério da Companhia mediante anuência dos participantes. Neste caso, o exercício das opções não será liquidado mediante a entrega de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, mas sim em caixa.

Após anuência dos participantes, houve a antecipação do prazo de carência de todas as opções outorgadas que passaram a ser imediatamente exercíveis, o pagamento do Ganho, líquido foi realizado em duas parcelas iguais, a primeira em 30 de abril de 2019 e a segunda será em 30 de abril de 2020, mediante a permanência do vínculo do contemplado com a Companhia até a data do respectivo pagamento.

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2019 e de 2018.

	Consolidado			
	30/06/19			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	168.308	36.883	47.828	253.019
Custos	(207.974)	(29.531)	-	(237.505)
Lucro bruto	(39.666)	7.352	47.828	15.514
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(23.254)	(8.270)	-	(31.524)
	(62.920)	(918)	47.828	(16.010)
Despesas administrativas				(19.508)
Outros resultados com investimentos				(6.500)
Resultado financeiro				(26.288)
Lucro antes dos impostos				(68.306)

	Consolidado			
	30/06/18			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	172.437	43.266	50.342	266.045
Custos	(186.673)	(33.259)	-	(219.932)
Lucro bruto	(14.236)	10.007	50.342	46.113
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(6.487)	(8.707)	-	(15.194)
	(20.723)	1.300	50.342	30.919
Despesas administrativas				(16.411)
Resultado financeiro				5.406
Lucro antes dos impostos				19.914

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/19	01/01/19	01/04/18	01/01/18
	a 30/06/19	a 30/06/19	a 30/06/18	a 30/06/18
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	6.592	30.363	10.893	18.709
Brasil	120.081	208.613	48.744	194.106
Chile	5.742	14.043	12.061	53.230
	132.415	253.019	71.698	266.045

	Consolidado			
	01/04/19	01/01/19	01/04/18	01/01/18
	a 30/06/19	a 30/06/19	a 30/06/18	a 30/06/18
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	2.197	4.949	1.754	5.006
Brasil	(6.916)	9.971	7.845	32.329
Chile	695	594	1.487	8.778
	(4.024)	15.514	11.086	46.113

	Consolidado			
	01/04/19	01/01/19	01/04/18	01/01/18
	a 30/06/19	a 30/06/19	a 30/06/18	a 30/06/18
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	(8.512)	(40.610)	1.615	573
Brasil	(17.310)	(22.149)	2.553	11.686
Chile	2.654	(5.522)	2.617	7.946
Peru	(73)	(76)	(255)	(338)
USA	23	51	25	47
	(23.218)	(68.306)	6.555	19.914

34. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de junho de 2019 no montante de R\$13 na controladora e no consolidado (R\$19 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no período findo em 30 de junho de 2019 no montante de R\$4.111 (R\$4.770 em 30 de junho de 2018).

35. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/04/19 a 30/06/19	01/01/19 a 30/06/19	01/04/18 a 30/06/18	01/01/18 a 30/06/18
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(18.241)	(52.566)	3.611	7.624
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	67.286.065	67.286.065	67.286.065	67.286.065
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação	67.286.065	67.286.065	69.502.066	69.502.065
Lucro básico por ação - em reais	(0,2711)	(0,7812)	0,0537	0,1133
Lucro diluído por ação - em reais	(0,2711)	(0,7812)	0,0520	0,1097

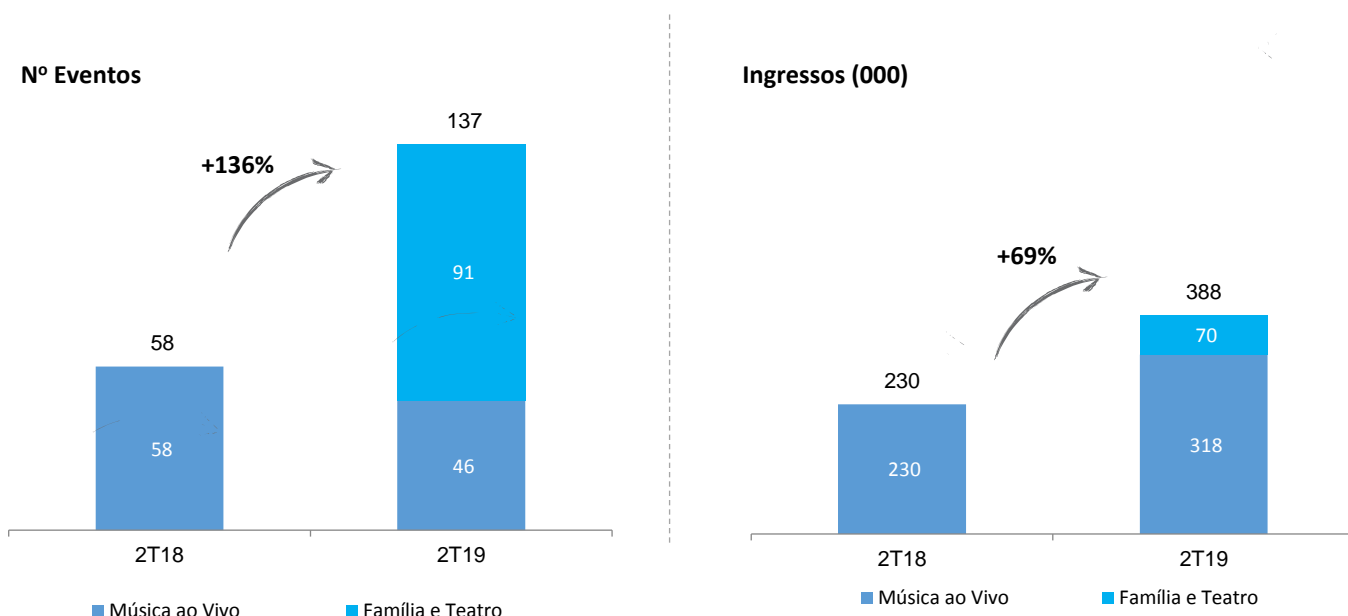
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 5 de agosto de 2019.

Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019 (2T19). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais



No 2T19, promovemos 46 eventos de música ao vivo com 318 mil ingressos vendidos. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o público pagante aumentou 38%, porém houve redução de 21% no número de shows devido à menor atividade em música indoor. O crescimento em ingressos vendidos é resultado principalmente da atividade em música outdoor, pois enquanto no 2T18 realizamos 6 shows da turnê do Ozzy Osbourne, sendo 5 em arenas, no 2T19 promovemos o show do Arctic Monkeys no Rio de Janeiro e três dias do Festival Lollapalooza Brasil, que em 2018 ocorreu no primeiro trimestre.

Em família e teatro, realizamos 91 apresentações do musical original da Broadway O Fantasma da Ópera com 70 mil ingressos vendidos. No 2T18, não foram promovidos espetáculos de família e teatro.

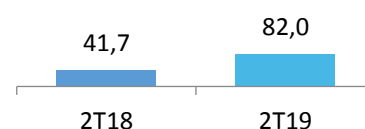
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Promoção de Eventos	172,4	168,3	-2%	41,7	82,0	97%
Música ao Vivo	166,3	143,7	-14%	39,6	69,7	76%
Eventos Família e Teatro	1,9	22,1	1062%	-	10,0	n.a.
Eventos Esportivos	4,2	2,5	-41%	2,1	2,3	9%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	43,3	36,9	-15%	17,8	21,5	21%
Patrocínio	50,3	47,8	-5%	12,2	28,9	137%
Promoção de Eventos	44,6	41,7	-7%	9,2	25,7	180%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	5,8	6,2	7%	3,0	3,2	5%
TOTAL	266,0	253,0	-5%	71,7	132,4	85%

A receita líquida do 2T19 totalizou R\$132,4 milhões, um crescimento de 85% comparado ao 2T18.

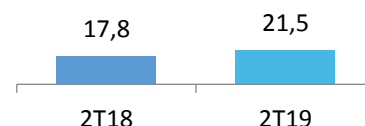
A receita líquida na promoção de eventos apresentou crescimento de 97% em relação ao 2T18 devido à realização do festival Lollapalooza Brasil e do musical O Fantasma da Ópera. Em 2018, o festival Lollapalooza ocorreu no primeiro trimestre e no 2T18 não havia espetáculos de família e teatro em cartaz.

Promoção de Eventos
R\$ mm



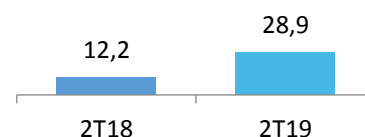
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues alcançou R\$21,5 milhões no 2T19, um aumento de 21% em relação ao 2T18. Este melhor desempenho é resultado principalmente da operação de A&B no festival Lollapalooza neste trimestre, porém abaixo do crescimento nas outras linhas, dado que não tivemos abertura de vendas para shows outdoor neste trimestre.

Operação de Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$28,9 milhões no 2T19, um crescimento de 137% em relação ao 2T18, também por conta do efeito calendário do festival Lollapalooza, pois parte da receita de patrocínios é reconhecida no mês de realização do evento.

Patrocínios
R\$ mm



Resultado Bruto

Resultado Bruto (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Promoção de Eventos	(14,2)	(39,7)	179%	(6,0)	(38,3)	539%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	10,0	7,4	-27%	4,9	5,4	10%
Patrocínio	50,3	47,8	-5%	12,2	28,9	137%
Lucro Bruto	46,1	15,5	-66%	11,1	(4,0)	n.a.
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>17,3%</i>	<i>6,1%</i>	<i>-11,2 p.p.</i>	<i>15,5%</i>	<i>-3,0%</i>	<i>-18,5 p.p.</i>

O resultado bruto foi negativo em R\$4,0 milhões no 2T19, versus lucro bruto de R\$11,1 milhões no 2T18. Neste trimestre, devido à realização do festival Lollapalooza Brasil, houve reconhecimento da bilheteria e de todos os custos relacionados à promoção do festival, enquanto as receitas de patrocínio e da operação de venda de ingressos (taxa de conveniência) vêm sendo reconhecidas desde a abertura de vendas no 3T18.

Com isso, o lucro bruto de patrocínios registrou crescimento de 137% e da Operação de Bilheteria, A&B e Venues aumentou 10%, devido principalmente à operação de A&B no festival, enquanto o resultado bruto em promoção de eventos foi negativo em R\$38,3 milhões.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Vendas	(0,9)	(0,7)	-30%	(0,5)	(0,3)	-49%
Gerais e Administrativas	(28,6)	(26,7)	-7%	(11,3)	(15,0)	33%
Remuneração dos Administradores	(6,4)	(3,9)	-39%	(4,0)	(2,6)	-36%
SG&A	(35,9)	(31,2)	-13%	(15,9)	(17,9)	13%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>13,5%</i>	<i>12,3%</i>	<i>-1,2 p.p.</i>	<i>22,1%</i>	<i>13,5%</i>	<i>-8,6 p.p.</i>
Outros resultados com investimentos	-	(6,5)	n.a.	-	0,9	n.a.
Outras receitas (despesas) operacionais	4,3	(19,9)	n.a.	4,7	(1,6)	n.a.
Total	(31,6)	(57,5)	82%	(11,2)	(18,6)	66%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>11,9%</i>	<i>22,7%</i>	<i>10,9 p.p.</i>	<i>15,6%</i>	<i>14,0%</i>	<i>-1,5 p.p.</i>

As despesas com vendas, gerais e administrativas e a remuneração dos administradores apresentaram aumento de 13% devido, principalmente, à liquidação do programa de stock options da Companhia com o pagamento do saldo devedor no 2T19.

As despesas totais atingiram R\$18,6 milhões no trimestre versus R\$11,2 milhões no mesmo período do ano anterior, quando foi registrada a reversão de provisões para contingências não-recorrentes.

Em relação ao 1S19, as despesas totais alcançaram R\$57,5 milhões versus R\$31,6 milhões no 1S18. Cabe recordar que as despesas foram afetadas pelos eventos não-recorrentes (i) do distrato do acordo de incorporação das operações da Bizarro no Chile, refletido em “Outros resultados com investimentos”, no valor de R\$6,5 milhões e (ii) da provisão de perda provável de ação judicial na Argentina, com impacto na linha de “Outras despesas operacionais” de R\$17,6 milhões. Em conformidade com as normas contábeis da Argentina, o valor desta provisão é corrigido pela inflação do período, o que gerou um impacto negativo de R\$0,9 milhão no 2T19.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Resultado Líquido	8,6	(52,5)	n.a.	3,7	(18,2)	n.a.
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	11,3	(15,8)	n.a.	2,8	(5,0)	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	(5,4)	26,3	n.a.	(6,6)	0,6	n.a.
(+) Outros Resultados com Investimentos	-	6,5	n.a.	-	(0,9)	n.a.
(+) Depreciação	2,8	7,8	178%	1,3	3,9	198%
=EBITDA	17,3	(27,7)	n.a.	1,2	(19,6)	n.a.
<i>Margem EBITDA (%)</i>	6,5%	-10,9%	-17,5 p.p.	1,7%	-14,8%	-16,5 p.p.
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	17,3	(10,1)	n.a.	1,2	(18,7)	n.a.
<i>Margem EBITDA ajustada (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	6,5%	-4,0%	-10,5 p.p.	1,7%	-14,1%	-15,9 p.p.

Como consequência, o EBITDA no 2T19 foi negativo em R\$19,6 milhões. Excluindo o efeito não-recorrente do ajuste por hiperinflação sobre a provisão de ação judicial na Argentina, o EBITDA Ajustado foi negativo em R\$18,7 milhões.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Receitas Financeiras	6,1	8,2	34%	2,6	5,2	103%
Juros Ativos	0,2	1,8	983%	(0,3)	1,4	n.a.
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5,9	4,4	-25%	2,9	2,2	-22%
Outros	0,1	2,0	2394%	0,0	1,6	3865%
Despesas Financeiras	(3,9)	(16,2)	321%	(1,5)	(6,8)	360%
Juros Passivos	(0,4)	(1,2)	184%	0,4	(0,2)	n.a.
Juros com Empréstimos - Debêntures	(0,9)	(4,7)	421%	(0,4)	(2,3)	558%
Impostos sobre Transações Financeiras	(1,1)	(1,1)	-2%	(0,3)	(0,6)	100%
Outros	(1,4)	(9,2)	548%	(1,2)	(3,6)	209%
Receitas - Despesas Financeiras	2,3	(8,0)	n.a.	1,1	(1,6)	n.a.
Variação Cambial e Monetária	3,1	(18,3)	n.a.	5,5	1,0	-83%
Variação Cambial	2,1	(0,7)	n.a.	3,1	(0,5)	n.a.
Variação Monetária	1,0	(17,6)	n.a.	2,4	1,5	-40%
Resultado Financeiro Líquido	5,4	(26,3)	n.a.	6,6	(0,6)	n.a.

No 2T19, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$0,6 milhão, versus resultado positivo de R\$6,6 milhões no 2T18, devido principalmente a:

- (i) Ajuste contábil de hiperinflação na Argentina com efeito negativo equivalente a R\$2,0 milhões, cuja norma contábil ainda não era adotada no mesmo período do ano anterior, sendo R\$3,6 milhões em outras despesas financeiras e R\$1,6 milhão como efeito positivo em outras receitas financeiras;
- (ii) Juros relativos à 3ª emissão de debêntures no valor de R\$2,3 milhões versus R\$0,4 milhão no 2T18, e;
- (iii) Variação cambial negativa em R\$0,5 milhão versus variação positiva de R\$3,1 milhões no 2T18 nas operações de hedge do Brasil e Argentina.

Vale ressaltar que no 1S19, o resultado financeiro foi impactado pelo efeito não-recorrente da provisão do valor de R\$17,1 milhões referente a juros de mora da ação judicial na Argentina na conta de variação monetária.

Excluídos os efeitos da hiperinflação (R\$2,0 milhões negativos no 2T19 e R\$5,6 milhões negativos no 1S19) e da provisão de juros referentes à ação judicial na Argentina (R\$17,1 milhões no 1T19), o resultado financeiro teria sido positivo em R\$1,4 milhão no 2T19 e negativo em aproximadamente R\$3,5 milhões no 1S19.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Resultado Antes de Impostos	19,9	(68,3)	n.a.	6,6	(23,2)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(8,1)	(0,8)	-90%	0,4	(0,8)	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(3,2)	16,6	n.a.	(3,2)	5,8	n.a.
Resultado Líquido	8,6	(52,5)	n.a.	3,7	(18,2)	n.a.
Margem Líquida (%)	3,2%	-20,8%	-24,0 p.p.	5,2%	-13,8%	-19,0 p.p.
Resultado Líquido (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	8,6	(11,3)	n.a.	3,7	(18,2)	n.a.
Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽¹⁾	3,2%	-4,5%	-7,7 p.p.	5,2%	-13,8%	-19,0 p.p.

Como consequência dos fatores mencionados, o trimestre encerrado em 30 de junho de 2019 apresentou resultado líquido negativo em R\$18,2 milhões. Excluído o ajuste de hiperinflação no 2T19, o resultado líquido seria negativo em R\$16,2 milhões versus lucro líquido de R\$3,7 milhões no 2T18.

No 1S19, registramos prejuízo líquido de R\$52,5 milhões. Excluídos os efeitos não-recorrentes e o ajuste por hiperinflação no período, o resultado líquido seria negativo em R\$5,7 milhões versus lucro líquido de R\$8,6 milhões no 1S18.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2T18	1T19	2T19	Var. % (2T19/1T19)	Var. % (2T19/2T18)
Ativo	154,3	144,6	72,2	-50%	-53%
Contas a Receber	50,8	75,1	47,5	-37%	-7%
Estoques	0,9	1,3	1,6	20%	77%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	102,6	68,2	23,2	-66%	-77%
Passivo	194,1	164,6	82,5	-50%	-57%
Fornecedores	68,9	59,5	47,5	-20%	-31%
Adiantamento de Clientes	125,3	105,1	35,0	-67%	-72%
Capital de Giro	(39,9)	(20,0)	(10,3)	-49%	-74%

No 2T19, apresentamos capital de giro negativo em R\$10,3 milhões, versus R\$20,0 milhões no 1T19 e R\$39,9 milhões no 2T18. A manutenção do capital de giro negativo deve-se principalmente ao nosso modelo de negócios, no qual apresentamos venda antecipada de ingressos e patrocínios (registradas em adiantamentos de clientes), frente aos pagamentos dos gastos com fornecedores concentrados em sua grande maioria em datas próximas aos eventos relacionados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1S18	1S19	Var. %	2T18	2T19	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	(6,4)	30,8	n.a.	(58,1)	(33,5)	-42%
Fluxo de Caixa de Investimento	(1,5)	(4,1)	179%	(1,1)	(0,8)	-28%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(26,0)	(16,8)	-35%	(18,8)	(8,5)	-55%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	6,9	12,3	78%	6,1	5,9	-3%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	(26,9)	22,1	n.a.	(71,8)	(36,8)	-49%
Saldo de Caixa + Aplicações	171,7	224,1	31%	171,7	224,1	31%
Empréstimos e Financiamentos - CP	17,1	28,8	69%	17,1	28,8	69%
Empréstimos e Financiamentos - LP	-	125,0	n.a.	-	125,0	n.a.
Endividamento Total	17,1	153,8	801%	17,1	153,8	801%
Caixa (Dívida) Líquido	154,6	70,3	-55%	154,6	70,3	-55%

Encerramos o 2T19 com R\$224,1 milhões em caixa versus R\$171,7 milhões no 2T18 e R\$260,1 milhões no 1T19:

- Caixa operacional: consumimos R\$33,5 milhões devido à ausência de abertura de vendas para shows outdoor e, principalmente, à promoção do festival Lollapalooza Brasil, dado que a maior parte dos custos referentes ao evento são pagos no mês de sua realização.
- Investimentos: foram gastos R\$385 mil com investimentos em TI e R\$ 375 mil em capex de manutenção.
- Financiamento: despendemos (i) R\$4,0 milhões com o pagamento de dividendos, (ii) R\$4,2 milhões com os juros relativos à 3ª emissão de debêntures e (iii) R\$2,9 milhões com o pagamento de passivos de arrendamento referente aos contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculos, parcialmente compensados pelo recebimento de R\$2,6 milhões de partes relacionadas.

Cabe ressaltar que a nova norma CPC 06/IFRS16 remove a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros e requer o reconhecimento de um ativo (bens de direito de uso) e um passivo financeiro relacionado como pagamento de aluguéis para praticamente todos os contratos de arrendamento. Por esse motivo, a partir de 1º de janeiro de 2019, os empréstimos e financiamentos passaram a refletir os nossos contratos de arrendamento com prazo maior de 12 meses.

Com isso, encerramos o 2T19 com: (i) endividamento total de R\$153,8 milhões (-3% vs. 1T19) e (ii) caixa líquido de R\$70,3 milhões (-32% vs. 1T19).

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

Em novembro, promoveremos o Popload Festival em São Paulo, cujas atrações incluem Patti Smith, The Raconteurs, Tove Lo, Beirut e Hot Chip, entre outros.

Indoor

Em música *indoor*, já temos programados mais de 50 shows para o segundo semestre, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Dido, Racionais, Maria Bethânia, Lulu Santos, Caetano Veloso, entre outros.

- **Eventos Família e Teatro**

No Teatro Renault, seguiremos promovendo o musical original da Broadway O Fantasma da Ópera até o final de 2019.

- **Eventos Esportivos**

No segundo semestre, promoveremos 8 das 12 etapas da Stock Car e 5 das 8 etapas da Stock Light.